



**Proposição:** Emenda(s) - PLEI - Projeto de Lei  
**Número:** 000349/2025  
**Processo:** 10981-00 2025  
**Autoria:** Kátia Franco  
**Ementa:** Estabelece normas para a denominação de logradouros públicos e próprios municipais e dá outras providências

**Parecer Roberta Lopes Alves - Comissão de Educação e Cultura - com Emenda Aditiva**

Trata-se do projeto de lei de número 349 de 2025, de autoria da excelentíssima vereadora Kátia Aparecida Franco, datado de 16 de setembro de 2025, que estabelece normas para a denominação de logradouros públicos e próprios municipais.

A Constituição Federal e a Constituição Estadual estabelecem, de forma idêntica, a competência legislativa do Município para legislar sobre assuntos de interesse local:

*Constituição Federal:*

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*Constituição Estadual:*

*Art. 171. Ao Município compete legislar:*

*I - sobre assuntos de interesse local, notadamente;*

*(...)*

Ainda, a Lei Orgânica Municipal estabelece expressamente que:

**Art. 26.** Cabe à Câmara Municipal, com a devida sanção do Prefeito, legislar sobre quaisquer matérias de interesse e competência legal do Município, e especialmente sobre:

*(...)*

**XV - autorizar a alteração de denominação de bens próprios, vias e logradouros públicos;**

*(...)*

De plano, da análise do projeto de lei, não vislumbramos elemento hábeis a macular a sua constitucionalidade e legalidade.

Prosseguindo à análise, no tocante à temática específica dessa Comissão de Educação e Cultura, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Juiz de Fora especifica as suas atribuições como:

*Art. 72. É competência específica:*

*(...)*

*III - da Comissão de Educação e Cultura:*



- a) *opinar sobre proposições relativas a:*  
1 - *educação, ensino, convênios escolares, artes, patrimônio histórico, cultura e comunicação;*  
2 - *atribuição e alteração de denominação de logradouro público; e*  
3 - *ciência e tecnologia.*  
b) *participar das conferências municipais de educação.*

Vemos que o projeto de lei em comento chegou a essa comissão por força do disposto no artigo 72, inciso III, alínea a), item 2 do Regimento Interno.

Analisando a proposição, vemos que o projeto se estrutura em 8 (oito) artigos que, em síntese, objetivam regulamentar em um código único as regras que guiarão os projetos de lei que estabelecem denominação de logradouros públicos e de próprios municipais, revogando, com isso, as leis municipais 12.871 de 2013 e 9.504 de 1999.

A intenção apresentada pela nobre vereadora é louvável, especialmente no enrijecimento proposto pelo artigo 4º na proibição de alteração de denominação de logradouros públicos, deixando claro quais são as exceções.

Contudo, o projeto de lei ignora que tal vedação já existia expressamente na lei municipal de número 12.781 de 2013, e que essa lei já foi atacada e ignorada pela municipalidade na gestão atual do poder executivo.

Por este motivo e para que tenhamos segurança jurídica, com respeito ao nosso ordenamento e às leis que foram promulgadas por esta casa, proponho a presente emenda aditiva ao artigo 4º, do projeto de lei da nobre vereadora Kátia Franco:

Onde se lê:

*Art. 4º É vedada a alteração da denominação de logradouros públicos, salvo nos seguintes casos:*

- I - quando a denominação for homônima;*  
*II - quando apresentar similaridade ortográfica, fonética ou que cause dúvida na identificação;*  
*III - quando expuser os moradores ou domiciliados ao vexame;*  
*IV - quando possa gerar confusão quanto à correta identificação do local, visando garantir uniformidade, clareza e segurança.*

*Parágrafo único. Considera-se denominação homônima:*

- I - quando os nomes forem idênticos, ainda que se refiram a logradouros de tipificação distinta;*  
*II - quando se refira à mesma pessoa, ainda que com abreviação, exclusão parcial, acréscimo ou apelido. Passa a ser:*

Passa a ser:

*Art. 4º É vedada a alteração da denominação de logradouros públicos, salvo nos seguintes casos:*

- I - quando a denominação for homônima;*  
*II - quando apresentar similaridade ortográfica, fonética ou que cause dúvida na identificação;*



*III - quando expuser os moradores ou domiciliados ao vexame;*

*IV - quando possa gerar confusão quanto à correta identificação do local, visando garantir uniformidade, clareza e segurança.*

*V - quando a denominação de rua, ou de próprio municipal, tiver sido alterada após a publicação da lei municipal 12.871 de 12 de novembro de 2013, em desconformidade com o previsto nesta e naquela lei.*

*Parágrafo único. Considera-se denominação homônima:*

*I - quando os nomes forem idênticos, ainda que se refiram a logradouros de tipificação distinta;*

*II - quando se refira à mesma pessoa, ainda que com abreviação, exclusão parcial, acréscimo ou apelido.*

Feitas essas ponderações, considerando o exposto acima e atendo-me às competências desta comissão, não vislumbro qualquer óbice à tramitação da matéria.

Diante de tais considerações, libero os autos do projeto de lei para seu regular trâmite e posterior deliberação em plenário onde, oportunamente, manifestarei meu voto.

Palácio Barbosa Lima, 13 de novembro de 2025.



Roberta Lopes Alves  
Vereadora Roberta Lopes - PL

